

Osório pede pólo de informática no DF

O Distrito Federal reúne todas as condições necessárias para se transformar num pólo de informática. Desde o ambiente até a proximidade com os centros de decisão a nível governamental, passando pela capacidade de produzir-se cérebros a partir das universidades. A avaliação foi feita ontem pelo candidato a senador pelo PFL, Osório Adriano, ao defender a manutenção da lei da reserva de mercado, responsável, segundo ele, pelo crescimento e amadurecimento do setor de informática de capital e tecnologia nacionais:

— Precisamos, na Assembleia Constituinte, contar com homens que defendam a idéia de que é importante dar condições para que a capacitação tecnológica no Brasil seja um fato, e não apenas um trecho nacionalista de um belo discurso. O setor de informática já emprega hoje, cerca de 40 mil pessoas em todo o País e o Distrito Federal, pelas suas próprias características, precisa aproveitar este filão para desenvolver-se economicamente — afirma.

Osório lembrou que, em apenas seis anos, a participação das empresas brasileiras no faturamento anual do setor de informática deu um salto gigantesco, em grande parte devido à lei de reserva de mer-

cado.

— Em 1979, as empresas nacionais faturavam, juntas, US\$ 190 milhões anuais, em um total de US\$ 830 milhões. Era uma parcela pequena do mercado, mas hoje a situação é totalmente diferente. Dos US\$ 2,3 bilhões faturados anualmente, as indústrias nacionais detêm 50 por cento — ou seja, US\$ 1,1 bilhão.

Para Osório Adriano, os números refletem, além do crescimento do setor, o acerto da introdução da reserva de mercado, que antes de assegurar mercado às indústrias nacionais, pretende estimular a geração de tecnologia própria para o Brasil neste setor. Evidente que, em um segundo estágio, será necessário criar-se também condições para que as empresas não se acomodem sob o guarda-chuva da reserva de mercado. Não se deve, de forma alguma, proteger a incompetência, mas antes, estimular o trabalho de pesquisa e desenvolvimento para a capacitação tecnológica", define ele.

Osório acredita que, neste aspecto, o governo precisa incentivar a estruturação de um esquema que integre empresa, centro de pesquisa e universidade, segundo ele uma providência "funcional" para o sucesso a médio prazo da política no setor de informática.

Uma questão que o candidato do PFL fez questão de esclarecer é que a indústria de informática, ao contrário do que se pensa, não é geradora exclusivamente de empregos para mão-de-obra altamente especializada.

— Os dados recentes comprovam que, dos 30 mil 275 empregados no setor, ano passado, apenas 28 por cento tinham nível superior. Havia uma enorme faixa, de 55 por cento, ocupada por assalariados de nível secundário e outra considerável parcela (17 por cento) formada por trabalhadores de nível primário — informa Osório.

Isto, segundo ele, é um dado estimulante quando se pensa na implantação do pólo de informática no DF, carente de empregos em todos os níveis de especialização:

— O governo, como um grande comprador da indústria de informática, deveria ditar as normas para estimular aqueles que apostam na tecnologia nacional. A Secretaria Especial de Informática (SEI) dá completo apoio à iniciativa nacional, mas infelizmente ela não é compradora. Há ainda resistências ao produto nacional em alguns setores e estas barreiras precisam ser quebradas — finaliza o candidato do PFL.